

Clipping UERGS - Assessoria de Comunicação (Ascom)

Assunto: Entrevista com Vicente Bogo, candidato do PSB ao governo do Rio Grande do Sul

Veículo: Brasil de Fato RS

Editoria/Coluna: Geral

Data: 21-09-2022

Local/Abrangência: Porto Alegre

Link/Página:

<https://www.brasildefatores.com.br/2022/09/21/entrevista-com-vice-presidente-vicente-bogo-candidato-do-psb-ao-governo-do-rio-grande-do-sul>

Formato:

Impresso

Internet

Rádio

TV

Enfoque:

Positivo

Negativo

Neutro

Confira a série especial de entrevistas do Brasil de Fato RS com as candidaturas ao governo do Rio Grande do Sul no primeiro turno das eleições 2022. Após breve apresentação da candidata e dos candidatos, seguem seis perguntas sobre temas que a redação considera relevantes para que os eleitores levem em consideração na hora de exercer seu voto.

Vicente Bogo, 65 anos, é o candidato ao governo do Rio Grande do Sul pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). O partido lançou candidatura única, trazendo como vice sua correligionária Josi Paz. Apesar de não estar coligado com nenhuma outra sigla no estado, nacionalmente o PSB compõe a Federação Brasil Esperança, com Geraldo Alckmin (PSB) como candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Lula (PT).

Natural de Rio do Oeste (SC), Bogo foi vice-governador do RS no governo de Antônio Britto (PMDB), entre 1995 e 1998. Em sua trajetória política, também foi vereador, deputado federal e vice-prefeito de Santa Rosa (RS). Professor, lecionou no ensino fundamental, médio e superior. Foi também assessor sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa e secretário-executivo da cooperativa tritícola do município.

A declaração de bens do candidato traz um patrimônio de R\$ 300 mil, composto por uma casa em Porto Alegre. O valor recebido por sua campanha é de R\$ 410,5 mil. Entre os doadores, aparecem no topo da lista a direção nacional do PSB (R\$ 195 mil), a direção estadual do partido (R\$ 100 mil) e o CNPJ identificado por Heitor José Schuch (R\$ 100 mil).

Seu partido, o PSB, apresenta-se como "resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro". O programa de governo de Bogo destaca na capa: "Rio Grande bem mais humano: liberdade, igualdade e humanidade".

O partido tem dois deputados na Assembleia gaúcha e 24 na Câmara federal. Por conta

desta representatividade e por não ter coligações, conta com 41 segundos de propaganda eleitoral gratuita no RS.

Na pesquisa IPEC mais recente, divulgada em 16 de setembro, o candidato aparecia com 1% das intenções de voto. Esta pesquisa apresentou nível de confiança de 95%, com uma margem de erro de três pontos percentuais, para mais ou para menos. Foi contratada pela RBS Participações S.A. e registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-00161/2022 e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) sob o número RS-04310/2022.

Nas eleições de 2018, o PSB não lançou candidato próprio ao governo do estado. O partido apoiou a candidatura de José Ivo Sartori (MDB), compondo a coligação Rio Grande no Rumo Certo.

A seguir, confira a entrevista com o candidato:

Brasil de Fato RS - Como ampliar políticas públicas para a população tendo em vista o teto de gastos aprovado para que o RS aderisse ao Regime de Recuperação Fiscal?

Vicente Bogo - É vital renegociarmos o acordo assinado pelo governo Leite. Eu tenho dito que esse acordo coloca o RS na condição de Território Federal, com o governo federal decidindo o que o estado pode e não pode fazer. Além disso, o próprio governo federal já anulou o acordo em termos práticos, ao diminuir o ICMS sobre combustíveis, que representa cerca de um quinto do total da arrecadação do estado. Ora, se o governo federal diminui a receita do estado, como pode querer que o estado honre o acordo que ele próprio, governo federal, já desonrou?!

BdF RS - Como o Rio Grande vai conseguir pagar a sua dívida com a União?

Bogo - Primeiro nós temos que saber que dívida é esta. Quando o governo Britto assinou o primeiro acordo em 1998, mesmo que, sendo vice-governador, eu não tenha sido consultado, houve uma economia para o estado, posto que estávamos pagando 30% de juros sobre os títulos da nossa dívida pública, que constituíam o grosso da dívida na época, e essa dívida foi transferida para a União. A evolução exponencial da dívida desde então, de R\$ 9 bilhões para quase R\$ 80 bilhões, mesmo com tudo o que já foi pago, precisa ser criteriosamente examinada. Sem contar o acordo feito pelo governo Leite sobre a dívida do governo federal para conosco decorrente da Lei Kandir. Só a partir daí é que poderemos dizer como vamos pagar.

BdF RS - Você tem um plano para restaurar o sistema educacional do Rio Grande do Sul?

Bogo - Sim! Recuperar os salários dos professores, aumentar o investimento na rede para recuperação e modernização, como a instalação de laboratórios de tecnologias inovadoras nas escolas, rever os métodos pedagógicos para fazer com que nossos jovens tenham uma formação adequada à sociedade e à economia baseadas no conhecimento, e transformar a **UERSGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul)** no principal polo articulador e formador nas novas tecnologias de ensino. A **UERSGS** não deve ter apenas este papel, mas este será um dos mais importantes. A educação, em suma, estará articulada com nossa política de desenvolvimento. Mas para isto, a sociedade será mobilizada para apoiar a renegociação do Acordo de Recuperação Fiscal.

BdF RS - O Consea-RS estima que sete a cada 10 famílias que vivem no estado enfrentam dificuldades ou não têm o que comer. Que ações você pretende tomar para reverter esse cenário de fome no RS?

Bogo - Imediatamente, iniciar um amplo processo de negociação com municípios, associações do terceiro setor e associações de produtores rurais como o MST, as associações de agricultores familiares e a FETAG, para lançarmos um programa emergencial de combate à fome, com restaurantes populares nos centros urbanos, cadastramento de famílias para distribuição de alimentos. Combater a fome também é fortalecer os laços de solidariedade e civilidade sobre os quais se constitui uma sociedade.

Para o médio e longo prazos, recuperar a economia, fomentando a indústria para a geração de empregos, inclusive empregos de altos salários em indústrias de tecnologias de ponta que geram demanda de serviços pessoais, culturais e de entretenimento que empregam milhares de pessoas. E investindo na educação e no desenvolvimento do talento dos jovens, capacitando-os a transformarem seu talento em oportunidades econômicas.

BdF RS - Dados oficiais mostram o aumento do feminicídio no RS. Ao mesmo tempo, a rede de apoio a mulheres vítimas de violência sofre desmonte no atual governo. Você tem propostas para combater este problema?

Bogo - Em primeiro lugar reverter o atual desmonte. Em segundo lugar, ampliar e fortalecer a rede de prevenção à violência contra as mulheres, seja através de delegacias especializadas, seja preparando e treinando agentes comunitários para prevenir esse tipo de violência. Mas a efetividade da ação policial de proteção às mulheres vítimas de violência deve ser revista.

Hoje há casos de assassinatos de mulheres que, teoricamente, estavam sob proteção policial. Para isto é necessário rever e aprimorar as tecnologias disponíveis. Por exemplo,

podemos desenvolver um aplicativo de celular que detecte a aproximação de um agressor identificado através de tornozeleira eletrônica, por exemplo, e que conecte imediatamente com a polícia.

Finalmente, como medida de longo prazo, devemos incluir este tema, com força, na educação das crianças e adolescentes, de forma a desenvolver valores positivos no relacionamento entre gêneros.

BdF RS - Nos dois últimos governos vimos a privatização acelerar sobre os principais serviços públicos. Como garantir a soberania do estado e a importância do serviço público neste contexto? Pretende reverter alguma privatização?

Bogo - O Estado tem que ser eficiente e estar a serviço do cidadão - este é o princípio fundamental. Vai daí, não há que se transformar em totem a questão da privatização ou não de alguns serviços. Temos que examinar as garantias dos seus resultados finais.

Por exemplo, uma empresa privada de saneamento público garantirá o fornecimento desse bem público em pequenas localidades, nas quais ela não terá lucro e provavelmente terá prejuízos? A probabilidade maior é que não, portanto não há razão para privatizar, o que significa que vamos rever o processo de privatização da Corsan se ele não estiver concluído.

Um banco público que seja a única possibilidade de acesso bancário a populações de baixa renda deve ser privatizado só porque não apresenta os mesmos patamares de lucro dos bancos privados? É evidente que não! Portanto, o Banrisul continuará público! Trata-se de manter a soberania do estado, tanto através da manutenção de empresas públicas essenciais quanto através de uma regulação eficiente sobre as concessões à iniciativa privada, tanto quanto o bem-estar da população.

Para conferir o plano de governo de Vicente Bobo, clique aqui.